

LETICIA NARDONI MARTELI

PANORAMAS PARA O DESIGN INCLUSIVO: ESTUDOS DE CASO SOBRE O VESTUÁRIO

Relatório de Pós-doutorado realizado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Processo nº 88887.146038/2025-00.

Supervisor: Luis Carlos Pasquarella.

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE PÓS-DOUTORADO EM DESIGN

BAURU, 2026

RESUMO

Vestuário é um artefato tecnológico, cultural e social, que deveria promover autonomia, bem-estar e pertencimento, evitando processos excludentes em decorrência de padrões normativos e mercadológicos. Apesar de algumas iniciativas de design de moda inclusiva apontarem no mercado de consumo, ainda persistem alguns questionamentos quanto ao uso. O presente estudo objetivou analisar o design de moda inclusiva da Primark, analisando desafios relacionados à vestibilidade (vestir e despir); e discutir as limitações e possibilidades frente às demandas de pessoas com deficiência e com dificuldades motoras. A abordagem foi qualitativa, exploratória e descritiva, de caráter experimental e atendendo aos critérios éticos. A coleta de dados foi realizada em um centro especializado em reabilitação, envolvendo análise de marca, usabilidade dos produtos, e acompanhamento longitudinal do uso. Foram analisados aspectos funcionais, estéticos e simbólicos, bem como a experiência de usuários e cuidadores, em diferentes contextos de dependência e autonomia. Os resultados apontam que os aviamentos adaptados, como botões magnéticos, zíperes com extensores, velcro e aberturas estratégicas, contribuem expressivamente para a redução do esforço físico e para o aumento da autonomia no vestir. Por outro lado, observou-se a baixa diversidade estética e simbólica; a predominância de estilos básicos e casuais; e grades de tamanhos pouco flexíveis, que restringem a representatividade e a expressão identitária dos usuários. Confirmou-se que o vestir é um processo complexo, transposto por dimensões funcionais, emocionais, sociais e políticas; e que a ausência de vestuários inclusivos no mercado brasileiro expõe uma contradição entre os direitos legais e a realidade cotidiana, transferindo aos cuidadores a responsabilidade por soluções improvisadas. Assim, o design de moda inclusiva não deve se limitar a adaptações técnicas, mas incorporar uma abordagem centrada no usuário, integrando diversidade corporal, estética e simbólica, como estratégia de justiça social e transformação cultural.

Palavras-chave: Moda Inclusiva; Design Centrado no Usuário; Vestibilidade; Pessoas com Deficiência

1 INTRODUÇÃO

O cenário global já discute no mercado as possibilidades de inclusão, assegurando a representação de grupos heterogêneos e suas necessidades de consumo. Atualmente, a sociedade passa por constantes transformações que, impulsionadas pelos avanços tecnológicos, abrem espaço para o desenvolvimento de produtos mais inclusivos e acessíveis (Clarkson et al., 2013; Patrick & Hollenbeck, 2021). No contexto da indústria do vestuário, torna-se fundamental que o design de produtos, incluindo roupas, calçados e acessórios, seja orientado pela inclusão, contemplando a diversidade de corpos, identidades e necessidades com o objetivo de promover o bem-estar, a autonomia e a proteção dos usuários.

Entende-se que os desafios relacionados à vestibilidade (usabilidade quanto ao vestir e despir; Marteli, 2019) e à percepção de representatividade decorrem, em grande parte, da inadequação dos modelos tradicionais de design à pluralidade corporal existente. Idosos com comorbidades (Okada, 2000; Tang, Zakaria & Ruznan, 2023) e pessoas com deficiência (Lamb, 2001; Esmail et al., 2022; Scoones, 2023), cujas características fisiológicas e biomecânicas frequentemente divergem do padrão populacional, demandam soluções específicas para o uso confortável e funcional das vestimentas.

Diversas pesquisas têm se debruçado sobre essa problemática. Autoras como Schiehl (2017), Neves (2020) e Piccinini (2023) investigam a usabilidade de roupas por pessoas com limitações motoras, sobretudo idosos e pessoas com deficiência, com o intuito de fomentar discussões sobre inclusão e acessibilidade no design de moda. Tais estudos apontam para a necessidade urgente de repensar os processos produtivos e criativos da indústria, visando atender aqueles historicamente marginalizados por um sistema que privilegia padrões de corpo e comportamento.

No cenário da inclusão, o combate às desigualdades sociais passa necessariamente pela superação de preconceitos e discriminações estruturais que negam a diversidade de corpos e necessidades. O vestuário, enquanto artefato cultural e social carregado de significados simbólicos, deve ser desenvolvido com base em valores de equidade, tolerância e respeito à diferença. Identificar lacunas no design tradicional e propor alternativas mais acessíveis, funcionais e adaptadas é, portanto, um dos principais desafios da indústria contemporânea. Essas soluções devem, além de promover conforto e independência, respeitar os vínculos culturais e sociais dos usuários. O vestuário, afinal, é também um instrumento de identidade e pertencimento, e quando não atende às necessidades de determinados grupos, contribui para a

perpetuação de desigualdades e exclusões em múltiplos níveis (Esmail et al., 2022).

Nos últimos anos, a indústria da moda mostra certas mudanças, com o surgimento de marcas que incorporam a inclusão como valor central em suas coleções. Seguindo o exemplo do mercado plus-size, que, apesar de seus avanços, ainda enfrenta desafios em relação à expressividade e autenticidade do design (Christino, Paula & Ferreira, 2023), a inclusão para a pluralidade dos corpos e suas necessidades ainda é limitada por fatores básicos como falta de informação clara, escassa presença em pontos de venda físicos e preços elevados.

Nesse cenário, destaca-se a iniciativa da Primark (2024), rede de departamentos holandesa com atuação em Portugal, que, em janeiro de 2025, lançou uma linha de roupas inclusivas com dispositivos técnicos, como aviamentos imantados e fechamentos adaptados utilizados para facilitar o processo de vestir e despir por pessoas com limitações motoras.

Dessa forma, este relatório apresenta demandas de pessoas com deficiência através de estudos de caso com produtos da Primark (2025), analisando suas características de design e suas contribuições para a inclusão por meio da moda. Além disso, busca identificar as lacunas ainda presentes no mercado, apontando oportunidades para inovação voltada à acessibilidade e ao design centrado no usuário, baseadas no design social (Papanek, 1985; Margolin e Margolin, 2004).

2 METODOLOGIA

A pesquisa está inserida na área de Ciências Sociais Aplicadas, especificamente no campo científico do Design, com foco na temática da moda inclusiva. A metodologia projetual apresentada se caracteriza por ser exploratória e descritiva, de natureza qualitativa e experimental (Gil, 2022). Os procedimentos foram aprovados pelo Comitê de Ética FAAC-UNESP (CAAE 88410725.7.0000.5663) e todos os participantes consentiram em participar das atividades. O objeto empírico da pesquisa é a coleção “Roupa Adaptável” da Primark (2025). Essa linha foi desenvolvida com o propósito de facilitar o ato de vestir e despir. A análise considerou aspectos funcionais (praticidade de uso e autonomia do usuário), estéticos (forma, estilo, linguagem visual) e simbólicos (representações de identidade, pertencimento e autoexpressão).

A pesquisa foi aplicada na SORRI-BAURU, Centro Especializado em Reabilitação para pessoas com deficiência (SORRI, 2025), no período de julho a novembro de 2025, integrando a atividade de voluntariado (auxiliando na produção do figurino das apresentações

culturais) na sala do sociocultural, utilizando do espaço para acompanhar as demais etapas da pesquisa.

2.1 Procedimentos

Os procedimentos para a coleta de dados foram divididos em quatro etapas:

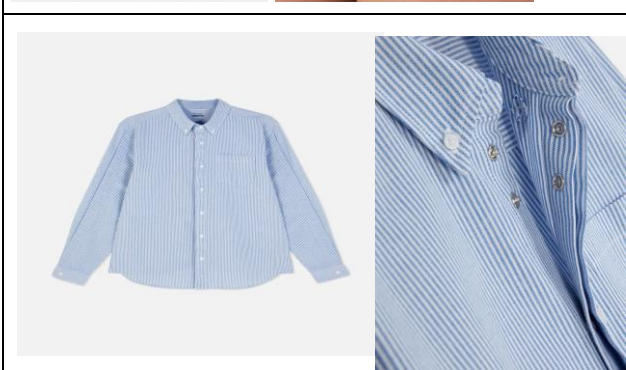
- Etapa 1 - Divulgação e coleta de informações para a caracterização da amostra.

No começo o mês de julho, foi divulgado um vídeo nas redes sociais da SORRI-BAURU (2025) informando sobre a pesquisa e convidando as pessoas a participarem. Preenchimento do TCLE (Anexo 1) e Protocolo de caracterização (Anexo 2).

- Etapa 2 – Entrega das roupas para os participantes. Foram avaliados (Tabela 1):

Tabela 1 - Descrição dos produtos avaliados

Produtos	Descrição
	Sutiã de renda - bralette decotada fecho adaptável. Composição do material: RENDA - 86% poliamida, 14% elastano; FORRO - 90% poliamida, 10% elastano. Cor: rosa claro.
	Sutiã liso - bralette sem aros adaptável. Composição do material: EXTERIOR - 95% nylon, 5% elastano; FORRO - 95% nylon, 5% elastano Cor: rosa claro.
	Sutiã pós-cirúrgico com zíper. Composição do material: sem informação no site. Cor: branca.

	Cuecas mini adaptáveis. Composição do material: 95% nylon, 5% elastano. Cor: preta
	Camisa Oxford riscas adaptável. Composição do material: 100% algodão. Cor: listras azul claro e branco. Opção adaptada para usuários de cadeira de rodas.
	T-shirt manga curta adaptável. Composição do material: 53% algodão, 30% poliéster, 17% elastomultiéster. Cor: branca. Opção adaptada para usuários de cadeira de rodas.
	Calça jeans reta de cintura média adaptável. Composição do material: 82% algodão, 17% poliéster, 1% elastano. Cor: azul escuro.

Fonte: Primark (2025).

- Etapa 3 – Coleta de informações pós-uso. Preenchimento do Protocolo de feedback (Anexo 3), contendo perguntas subjetivas sobre o uso, a medição do significado utilizando uma Escala de Diferencial Semântico (Osgood, Suci, Tannenbaum, 1957) e o SUS - System Usability Scale (Brooke, 1986).

- Etapa 4 – Acompanhamento longitudinal do uso.

2.2 Análise de dados

A análise dos dados foi conduzida em duas estratégias complementares. Primeiramente, foram aplicados protocolos específicos destinados à caracterização da amostra, permitindo reunir informações essenciais sobre o perfil dos participantes e seus contextos de uso das peças de vestuário avaliadas. Em seguida, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, elaboradas para explorar de forma aprofundada as experiências, dificuldades e percepções dos usuários em relação ao vestir e despir diferentes tipos de roupas. As entrevistas foram analisadas com base nos princípios da Sociologia Compreensiva, conforme proposto por Manzini (2015). Essa abordagem possibilitou interpretar não apenas o conteúdo verbalizado pelos participantes, mas também os sentidos atribuídos às práticas cotidianas, às interações com os produtos e às dinâmicas de cuidado e autonomia envolvidas. Os resultados foram organizados em estudos de caso, estruturados de acordo com os diferentes tipos de vestuário investigados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Caracterização amostral

Na primeira fase do projeto (julho/2025) foi divulgado o vídeo e duas pessoas se interessaram em participar do projeto: Participante 1: uma mãe de uma criança de dez anos com paralisia cerebral, que faz acompanhamento na SORRI desde os quatro meses de idade (o menino usa cadeira de rodas e órteses para apoio do corpo, sondas e acesso e uso de fralda geriátrica); e, Participante 2: homem de 60 anos com doença de Parkinson com leves sintomas motores.

Fisioterapeutas da SORRI indicaram sete pacientes que tem dificuldades com a vestibilidade, sendo: Participante 3: mulher de 26 anos, usuária de cadeira de rodas, com paraparesia espástica por rombocefalite HIV; Participante 4: mulher de 53 anos com o braço esquerdo amputado; Participante 5: homem de 64 anos com hemiparesia a esquerda por Acidente Vascular Cerebral Isquêmico; Participante 6: homem de 59 anos com paraparesia espástica por traumatismo cranioencefálico; Participante 7: homem com 75 anos com hemiparesia a direita por Acidente Vascular Cerebral Isquêmico; Participante 8: homem com

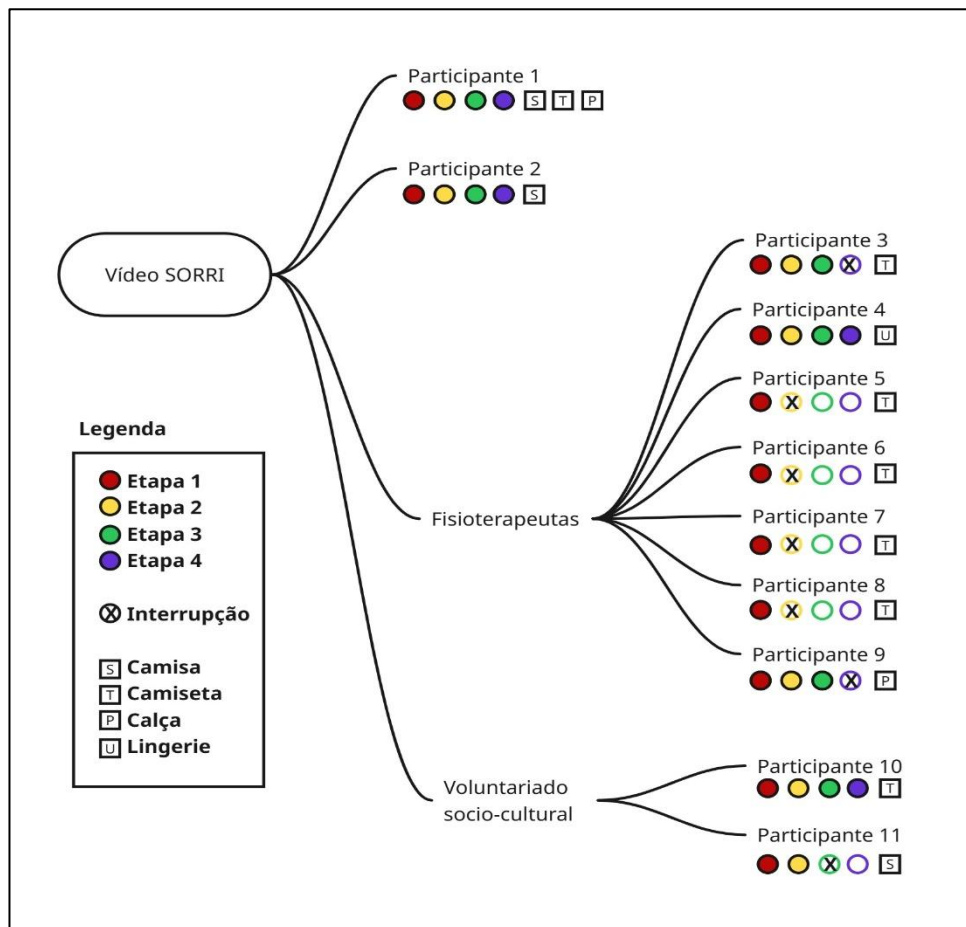
64 anos hemiparesia a esquerda por Acidente Vascular Cerebral Isquêmico; Participante 9: homem com 66 anos a perna direita amputada. A maioria dos participantes indicados pelos profissionais de reabilitação possuem dependência parcial e/ou total e precisam de auxílio para o vestir e despir.

Enquanto isso, desenvolvendo as atividades de costura na sala do sociocultural, uma mãe e esposa cuidadora ficou interessada que seus zelados participassem da pesquisa. Assim, o Participante 10 é um homem de 19 anos com Transtorno do Espectro Alcoólico Fetal (TEAF); e, o Participante 11 é um usuário de cadeira de rodas de 54 anos, com hemiparesia a direita por Acidente Vascular Cerebral Isquêmico.

Após consentimento, o Protocolo de Caracterização Amostral foi aplicado com onze pessoas. Na segunda etapa da pesquisa, foi adquirido peças da coleção inclusiva da Primark e os participantes foram contactados para confirmar interesse em receber e usá-las. As peças foram escolhidas em relação as necessidades e dificuldades apontadas pelos participantes.

Dos onze participantes, apenas sete quiseram dar continuidade na pesquisa e receber as peças para usá-las (Figura 1). Devido ao desinteresse, envolvimento ou apatia sobre a temática em casos de pessoas em situação de vulnerabilidade, autoestima ou letramento social, quanto a forma crítica e funcional sobre o assunto, não foi possível identificar informações mais precisas sobre as demandas do vestuário. Acredito aqui que nestes casos, para se poder construir uma abordagem mais positiva da coleta de informações, outras elaborações com intervenções transdisciplinares (fisioterapia e psicologia) poderiam ser oportunas para o desenvolvimento de outro projeto de pesquisa, aliando o design social (Papanek, 1985; Margolin e Margolin, 2004) como ferramenta de educação na acessibilidade e inclusão, na transformação complexa do pensamento estigmatizado. As roupas foram entregues e orientou-se o protocolo. Após experimentarem, os participantes foram entrando em contato para dar os primeiros feedbacks. Apenas seis participantes concluíram a Etapa 3 e destes, quatro concluíram a Etapa 4.

Figura 1 - Participação nas etapas de coleta de dados



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Legenda: A imagem apresenta um mapa mental cujo núcleo central contém o texto “Vídeo SORRI”, a partir do qual se ramificam três grupos principais de participantes: 1) Interesse da pesquisa pós a divulgação do vídeo (Participantes 1 e 2); 2) Fisioterapeutas (Participantes 3 a 9); e, 3) Voluntariado sociocultural (Participantes 10 e 11). Cada participante é representado por uma sequência de círculos coloridos e símbolos que indicam as etapas de participação: Etapa 1 – círculo vermelho, Etapa 2 – círculo amarelo, Etapa 3 – círculo verde, Etapa 4 – círculo roxo, X dentro de círculo – interrupção durante a etapa; e, as peças de vestuário destinadas a cada participante com uma letra em um quadrado, representando a palavra em inglês: S – Camisa, T – Camiseta, P – Calça e U – Lingerie.

O diagrama mostra que o Participante 1 recebeu uma camiseta, uma calça e uma camisa, concluindo as etapas apenas com a camiseta e a calça. O Participante 2 recebeu uma camisa e concluiu todas as etapas. A Participante 3 recebeu uma camiseta, uma camisa e apenas experimentou a peça, devolvendo-a e descontinuando a pesquisa. A Participante 4 recebeu três modelos de sutiãs e uma calcinha e concluiu todas as etapas. Os Participantes 5, 6, 7 e 8 não quiseram dar continuidade logo na Etapa 2, que receberiam as camisetas. O Participante 9 recebeu e testou a calça, mas não conseguiu ter disponibilidade para dar o feedback esperado,

uma vez que não respondeu o protocolo de pós-uso. O Participante 10 recebeu uma camiseta e concluiu todas as etapas. E, o Participante 11 recebeu uma camisa e o relato não seguiu o protocolo, sendo apenas de escuta da interação contada pela cuidadora.

3.2 Estudo de caso 1: usuário totalmente dependente

Na Etapa 1 foram discutidos os desafios enfrentados no uso de roupas pela tutora do Participante 1, bem como sugestões de melhorias para o desenvolvimento de vestuário mais acessível e funcional. Os principais problemas identificados na dificuldade para vestir e despir foram que as roupas comuns não consideram as limitações motoras, tornando o ato de trocar de roupa doloroso e demorado. A tutora destacou que, ao colocar roupas de manga longa, foi preciso conciliar estratégias para conseguir maior facilidade para vestir o primeiro braço, dobrando tecido pelo avesso e desdobrando ao vestir, mas ao tentar passar o segundo braço, a peça tende a prender-se no corpo da criança, devido à rigidez muscular e à limitação dos movimentos articulares, e, pelo fato de que a troca de roupa é realizada com a criança deitada. Esse processo exige esforço físico tanto da criança quanto do cuidador, podendo causar situações de desconforto diário. Situações em que a roupa rasga a costura na lateral são mencionadas como frequentes, devido à tensão excessiva exercida sobre o tecido durante o vestir, o que obriga o uso de força para encaixar os membros em estruturas estreitas.

A escassez de opções adaptadas pela falta de marcas que ofereçam roupas inclusivas, levou a tutora adaptar macacões infantis para acoplar sondas e acessos para desestigmatizar a imagem da criança com essas interfaces. No relato, foi apontado que quando o filho começou a usar a sonda, sua imagem a causava pânico e estigmas. Para resolver essa perspectiva negativa em seu cotidiano, ela, com o amparo de outras mães que sofriam pelas mesmas condições, reuniram-se para adaptar macacões, fazendo uma abertura frontal para passar os acessos e curativos e escondendo com a aplicação de uma figura infantil em patchwork a abertura da peça, que era aberta com velcro ou botões de pressão. A tutora mostrou vários vídeos com crianças usando os produtos e comenta que hoje poderia propor novas perspectivas para os modelos que foram elaborados. Junto ao macacão, também era desenvolvido uma bolsa para cobrir e não expor a alimentação (frasco de fórmula enteral).

Atualmente não realiza adaptações nas roupas do filho, optando por adquirir peças com numeração dois tamanhos acima do que seria ideal para o seu corpo. Essa escolha se deve à necessidade de facilitar o processo de vestir e despir, além de compensar a falta de tecido na barra das calças, que ocorre quando a criança permanece sentada por longos períodos na cadeira

de rodas. Foi mencionado a manifestação da criança por suas preferências pessoais no momento da escolha da roupa, demonstrando aversão a um tom específico de verde e a estampas com dinossauros. Embora haja limitações, a criança participa ativamente do processo de escolha, opinando entre as opções apresentadas e, sempre que possível, é levada para participar da aquisição das peças.

Também trouxe relatos de “tentar vestir o ‘mais normal possível’, mas aí ‘trava’” fazendo referência ao passar as partes do corpo dele na roupa. A percepção da importância do “elástico ser mais delicado, mais fino pois durante o uso tanto o botão da calça jeans quanto calça com elástico grosso a barriga aperta e incomoda”, a importância dos tecidos devido o “suor por conta da cadeira, a roupa ser o mais fresca possível”. “A gente se adapta, porque a gente não tem, então vai se adaptando da melhor forma possível. Quando a criança é pequena, evita roupa de fecho, porque é fácil deles tirar, mas para ele é melhor de fecho, porque facilita a nossa interação”. Em suma o discurso traz a reflexão de que um detalhe simples as vezes facilita muito e é preciso ter essa percepção para evoluir, mudar é preciso. Finalizando seu discurso do “Nada de nós sem nós” com a importância da participação da pessoa com deficiência inserida nesse processo de mudança.

Foram identificadas demandas funcionais relacionadas às problemáticas na experiência de uso do vestuário, dentre as principais, destacam-se:

- Desconforto com botões frontais em calças jeans, especialmente pela compressão na região abdominal.
- Dificuldade na passagem do pé pela abertura da barra da calça ou do short, em razão da formação anatômica dos pés que tende a enroscar na barra, exigindo esforço adicional durante o vestir.
- Dificuldade da passagem do segundo braço ao vestir camisetas com manga, em que o braço frequentemente enrosca, causando desconforto à criança.
- Modelagens com aberturas frontais são percebidas como facilitadoras do vestir, especialmente aquelas que utilizam zíperes. No entanto, a participante alerta para o risco de machucados, principalmente na região do pescoço, quando o zíper possui fechos grandes.
- Apesar de não utilizar atualmente, o velcro foi citado como uma alternativa segura e funcional para facilitar o manuseio das roupas. A participante afirma, entretanto, que nunca encontrou roupas com esse tipo de interface no mercado.

Com as demandas levantadas, optou-se por testar a calça, camiseta e camisa, pelas aberturas propostas poderem facilitar o manejo da cuidadora no vestir e despir seu tutelado.

Como os produtos foram confeccionados na linha adulta, mesmo adquirindo o de menor numeração, alterações para diminuir a largura e comprimento da camisa e camiseta tiveram que serem feitas, para que não tivesse sobras de tecido. Após o uso, houve quatro encontros para conversar sobre a percepção da usabilidade.

Os resultados do protocolo de uso na Etapa 3 mostraram que a calça foi utilizada por seis horas e percebida pela cuidadora como muito fácil de vestir e despir, levando menos tempo e diminuindo as etapas do vestir. Notou ser confortável durante o uso, mas foi percebido pela pesquisadora uma leve pressão na cintura, pela criança ficar a maior parte do tempo na cadeira de todas, mas nada comparado a outras calças que segundo a cuidadora apertam bem mais. Apesar disso, tendo a avaliação de usabilidade com 97,5 pontos, foram encontrados falhas ou limitações no design da roupa, pelo interesse de que os zíperes laterais tivessem uma trava para que, durante o movimento involuntário, não houvesse perigo da peça se abrir, mesmo tendo velcro auxiliar fixados para reforço, mas as argolas do zíper ficam soltas.

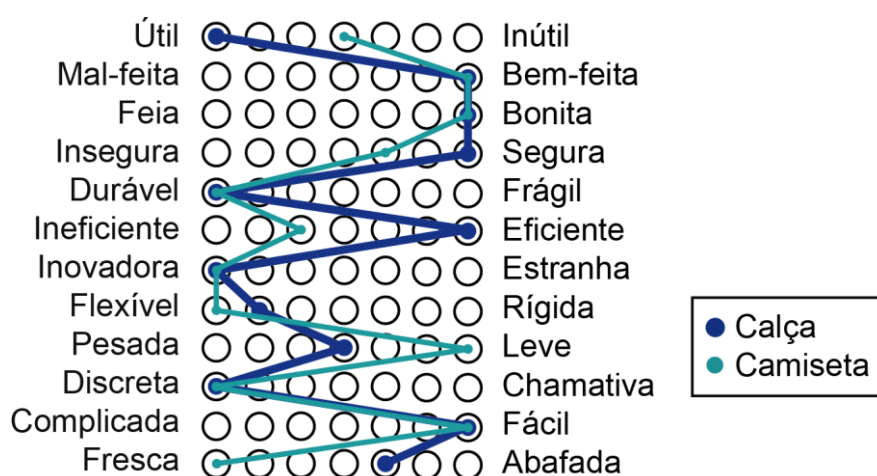
Após diminuir a largura da peça, a camiseta foi utilizada por sete horas e percebida pela cuidadora como muito fácil de vestir e despir, porém levou mais tempo para fechar todos os botões da manga. O modelo é adaptado o comprimento para usuários de cadeiras de rodas, assim o fato de ser mais curto do que as roupas padrões, com os movimentos involuntários do participante, a roupa ficou levantando e aparecendo a barriga e costas. Sendo que em muitos momentos a cuidadora teve que ficar ajustando e disse não ter interesse de usá-la novamente. Apesar de se entender algum conforto no uso, se não fosse a situação pontuada, o produto teve a avaliação de usabilidade com 77,5 pontos, uma vez pontuado o seu desuso, pouca satisfação e foram encontrados falhas ou limitações no design da roupa.

Após diminuir a largura da peça e o comprimento da manga, a camisa foi apenas experimentada, não sendo possível concluir a Etapa 3, com a justificativa do clima não estar propício para o tecido – mesmo a cidade ter feito dias frios; também se justificou que ele só usa esse modelo de roupa para festas juninas. A cuidadora quis mostrar como foi o vestir e despir, trazendo o participante até a sala do sociocultural para demonstração das etapas. Foi percebido que as aberturas laterais das mangas auxiliam na questão do passar o braço pelo tecido, mas a quantidade de botões aumenta o tempo da atividade. Além disso, a altura da cava prende o movimento do segundo braço ao vestir a manga.

A Figura 3 mostra que a calça foi percebida como útil, bem-feita, bonita, segura, durável, eficiente, inovadora, pouco flexível, nem pesada e nem leve, discreta, fácil e um pouco abafada. Já a camiseta foi percebida como indiferente para utilidade/inutilidade, bem-feita, bonita, pouco segura, durável, um pouco ineficiente, inovadora, flexível, leve, discreta, fácil e

fresca.

Figura 2 - Infográfico semântico da calça e camiseta



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Com o uso, foi discutida as problemáticas já apontadas na avaliação da usabilidade, acrescentando que poder-se-iam ter roupas com velcros mais maleáveis quanto o disponível na calça, isso proporciona um conforto tátil que não se encontra em armarinhos. Todos são de poliéster e possuem uma rigidez que traz incômodos. Foi feito uma averiguação nas lojas de armarinhos na 25 de março e realmente não se encontrou aviamentos com aspecto confortável. Isso muito provavelmente, feito com porcentagens de algodão ou outra técnica de tecelagem que não precisa ser tão áspero e duro para abrir e fechar. Apesar de encontrar lojas que dizem vender velcros mais confortáveis pela internet, a moda é o que está na rua, acessível, sendo a 25 de março um espiral de cultura. Na participação do I Congresso de Inclusão da USP, uma participante do evento, servidora da limpeza da USP, compartilhou que já tinha adaptado roupas para uma pessoa com deficiência da instituição. No relato, comenta a importância de se perceber como uma abertura adaptada poderia facilitar a vida de muitas pessoas e que era um descaso o sistema continuar ignorando isso. A mudança é cultural, depende muitos sistemas para conscientizar-se sobre o consumo dos produtos.

O estudo revelou como as estruturas sociais, culturais e econômicas moldam a experiência de cuidado e a produção de desigualdades para famílias que convivem com a deficiência, desigualdade estrutural e capacitismo. A ausência de roupas adaptadas no mercado é um reflexo claro de uma sociedade capacitista, ou seja, estruturada para atender ao corpo padrão, ignorando as necessidades de corpos que fogem da norma, reforçando as desigualdades.

É no corpo da pessoa com deficiência, compreendido em sua dimensão política, que se evidenciam estigmas, assimetrias e mecanismos de exclusão social construídos historicamente. Para além das percepções sobre o vestuário, a mãe relatou inúmeros episódios de aversão sobre as pessoas com deficiência, em situações vividas com o filho e que acaba preferindo se segregar para viverem mais momentos seguros, confortáveis, longe de situações de constrangimento ou rejeição. Também relatou os movimentos articulações políticas que faz para reivindicar seus direitos e assegurar a assistência necessária as problemáticas diárias que enfrenta. No entanto, é justamente a partir dessa experiência corporal e política que se podem apresentar estratégias para inventar novas formas de estar no mundo, nas quais a pluralidade dos corpos e o reconhecimento das diferenças se afirmem como fundamentos de uma sociedade inclusiva.

Existe uma sociedade que cria padrões do que é um corpo ideal, pautada por um mercado que não reconhece a diversidade corporal e isso mostra que o problema não é apenas técnico, mas pautado em uma estrutura cultural difícil de se modificar. A qualidade de vida emerge das soluções que acabam surgindo de redes de apoio (grupo de mães, como mencionado pela participante) e não somente de políticas públicas ou do mercado formal. De caráter amplo, a ausência de políticas públicas que incentivem ou regulamentem o desenvolvimento de vestuário acessível e funcional, impõem a cargo dos cuidadores a responsabilidade de criar soluções com os poucos recursos disponíveis.

O vestir-se com dignidade e conforto deveria ser um direito, mas torna-se um obstáculo cotidiano. Essa realidade precisa ser mudada e pautada a exemplo dos produtos garantidos pela Lei nº 13.146/2015 (conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência; Brasil, 2015), para maximizar a autonomia, mobilidade e qualidade de vida. Embora a lei estabeleça diretrizes para a acessibilidade em produtos de apoio, sua aplicação prática no setor de consumo, especialmente no vestuário, ainda é inexistente. No mercado formal brasileiro, existem algumas marcas pequenas que produzem vestuário adaptado, mas ainda carecem de opções para o consumo de fato, seja pelos preços elevados, grade e modelos.

Corpos que não se encaixam nesse sistema mercadológico precisam “inventar” adaptações, porque não existem outras formas de conseguir sobreviver perante as demandas. Em um dos relatos, a participante comenta que teve que buscar por adaptações para o macacão da criança, testando as melhores formas possíveis para conseguir alcançar seu objetivo e promover dignidade. A adaptação dos macacões com patchwork para desestigmatizar os acessos, mostra uma resistência simbólica. O investimento de recursos financeiros consideráveis para adaptar peças que não existiam no mercado revela como o mercado ignora

nichos “não lucrativos” por uma minoria pluralizada. Essa situação expõem uma injustiça de reconhecimento, pois o sistema econômico e de produção ignora grupos marginalizados, deixando-os “resolver” problemas estruturais individualmente.

Atualmente, essa criança utiliza roupas com numeração duas vezes maior do que o seu tamanho corporal. Essa escolha não está relacionada à estética ou ao crescimento, mas sim à necessidade prática de criar espaço suficiente para viabilizar as etapas do ato de vestir e despir. O uso de roupas maiores, embora seja uma saída possível para a facilidade no vestir e despir, é também um indicativo da falha sistêmica do design de moda em considerar a diversidade corporal e funcional. A participante relatou o esforço adicional que enfrenta diariamente ao precisar dobrar ou virar a peça do avesso, preparar o tecido de forma que ele se desenrole corretamente quando a roupa for puxada e ajustada ao corpo. Trata-se de um processo intuitivo e contínuo, que exige constante adaptação para reduzir o desconforto e o esforço físico envolvidos.

Essa estratégia improvisada revela o quanto o design das roupas disponíveis no mercado ignora aspectos fundamentais de acessibilidade. Por omissão, o design de vestuário perpetua para que o vestir e despir sejam experiências dolorosas e, muitas vezes, violentas. Essa omissão se manifesta como uma violência simbólica, pois o sofrimento gerado por roupas inadequadas é naturalizado e perpetua-se a exclusão de forma silenciosa, cotidiana e institucionalizada, reafirmando a ideia de que certos corpos devem simplesmente “se adaptar” ao que foi feito para outros.

3.3 Estudo de caso 2: roupas íntimas

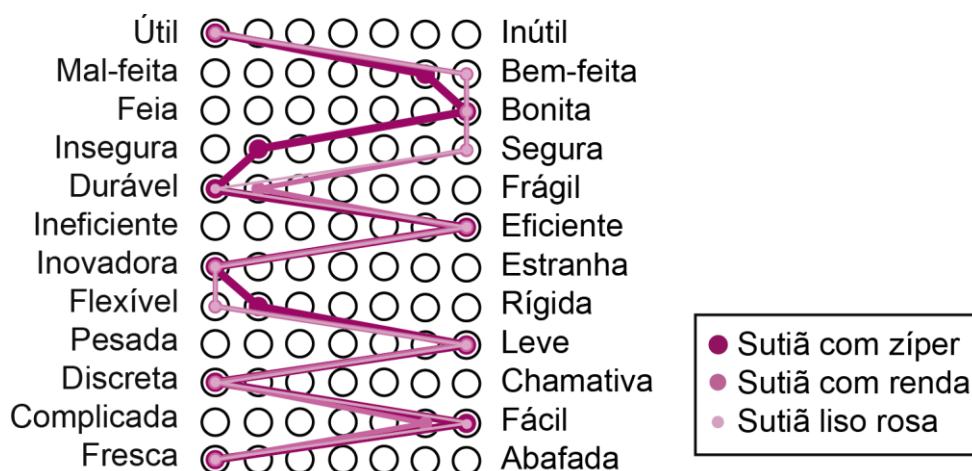
Na Etapa 1, a Participante 4 relatou que a terapeuta ocupacional a orientou a utilizar o abotoador de camisas para facilitar o vestir e despir, mas ela não se adaptou com o uso da tecnologia assistiva e preferiu não usar mais roupas com botões. Também relatou que roupas mais justas ao corpo são muito difíceis de serem manipuladas. Assim, optou-se por avaliar as roupas íntimas adaptadas (Tabela 1), sendo três sutiãs (Produto 1, Produto 2, Produto 3) e uma calcinha (Produto 4). Tais produtos diminuem a necessidade de movimentos finos pelos aviamentos acoplados e são semelhantes aos usados em modelos de convencionais.

Após o uso, houve três encontros para conversar sobre a percepção da usabilidade. De modo geral, os três modelos foram fáceis de usar, apontando serem muito confortáveis durante o uso. Em média foram utilizados mais de doze horas, sendo vestidos antes de dormir, para reduzir a assistência familiar, principalmente quando em compromissos pela manhã. A

participante percebeu um aumento da autonomia nesta atividade e notou que esses produtos levaram menos tempo para vestir/despir do que os convencionais.

Os resultados do protocolo de uso na Etapa 3 mostraram que, no geral, os modelos foram percebidos como úteis, bem-feitos, bonitos, duráveis, eficientes, inovadores, flexíveis, leves, discretos, fáceis e frescos (Figura 3). Apenas o sutiã com zíper trouxe mais insegurança no uso do que os outros modelos, devido não apresentar uma trava de segurança, que deslizava durante os movimentos diários e abria parcialmente sem intenção.

Figura 3 - Infográfico semântico dos sutiãs



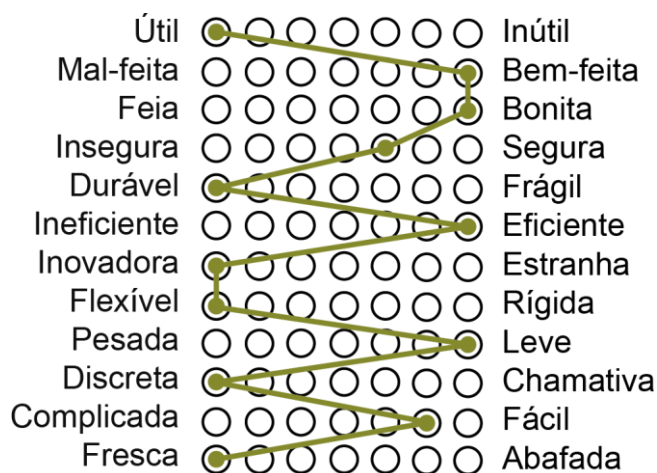
Fonte: elaborado pela autora (2025).

Segundo a participante, com o sutiã de zíper, não foi preciso de auxílio para vestir e despir, porém no primeiro momento houve uma certa dificuldade em entender como o produto funcionava e quais movimentos seriam precisos para manipulá-lo. O despir não é feito pela abertura e sim puxando acima da cabeça, não utilizando da abertura frontal para tirar a peça. Com o sutiã de renda, a participante relata que no começo o produto foi regular para usar, pois nunca tinha visto um fecho magnético deste formato, mas depois que foi entendido foi fácil de usar. O bojo por ser removível, no movimento cotidiano ele se movimenta e sai do formato "original", enrolando pelo corpo. Já o sutiã liso, por parecer um top, a participante achou melhor vestir/despir fechado. Não foi constatado nada de diferente no discurso sobre o uso no acompanhamento longitudinal na Etapa 4, ainda enfatizando as mesmas problemáticas apontadas.

Com o uso da calcinha, foi possível perceber a partir dos resultados do protocolo de pós uso que, de modo geral o produto é confortável e foi percebido como útil, bem-feito, bonito, pouco seguro, durável, eficiente, inovado, flexível, leve, discreto, fácil e fresco (Figura 4). Por

ser pouco seguro, a participante mencionou que o fecho se abria em determinados movimentos diários, e por isso, não quis mais utilizá-lo.

Figura 4 - Infográfico semântico da calcinha



Fonte: elaborado pela autora (2025).

A avaliação da usabilidade pelo protocolo SUS mostrou 82,5 pontos para o sutiã de zíper, 87,5 pontos para o sutiã de renda, 87,5 pontos para o sutiã liso e 85 pontos para a calcinha. Isso implica os fatos já relatados, como o apontamento das falhas e fato de ter que precisar aprender uma função somada a nova interação. Mas nesse caso, percebe-se um fator positivo, pois, mesmo que a participante vista o sutiã de forma fechada, ela se sente segura em utilizá-lo semanalmente.

O estudo revelou que a autonomia aumenta significativamente quando o design remove a necessidade de movimentos finos, mas a segurança dos fechamentos é crucial, devendo ser considerado o movimento corporal ao longo do dia, evitando deslocamentos de aviamentos e bojos. O aprendizado inicial é uma etapa importante da usabilidade e em certa medida, a participante optou por vestir de outra forma que julgava mais fácil do que ter de manipular os fechos magnéticos e zíper. Semelhante ao fato que acontece sobre o desuso das Tecnologias Assistivas (Lemos et al., 2023).

Uma observação participante no refeitório propõe a seguinte reflexão: como a instituição consegue integrar o uso dos talheres adaptados? Estar à venda não possibilita a quebra do estigma do uso. Se estivesse 10 unidades no refeitório, seria um exemplo primordial para que os refeitórios de outros estabelecimentos também possibilitassem a inclusão de pessoas com restrição de movimentos. Um meio de proporcionar um direito, como exemplo semelhante os assentos maiores para bebês. E isso só foi possível com a Lei nº 16.837/2018

(São Paulo, 2018), que dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de cadeira infantil nos estabelecimentos que especifica.

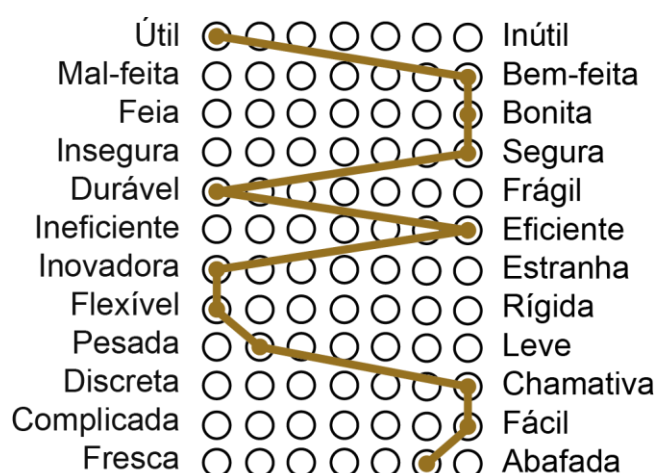
3.4 Estudo de caso 3: camisa

Foram entregues para os Participantes 2 e 11 a camisa. Mas apenas o Participante 2 concluiu as etapas do protocolo. Foi relatado pela esposa do Participante 11 que ele utilizou a camisa para ir à Igreja e que achou ser mais fácil de vestir, porém com muita dificuldade para fechar todos os botões. Assim, a zeladora aproveitou para dizer ao filho (Participante 10) que poderia ajudar o pai e o pai o ajudaria, caso ela não estivesse mais ali, num sentido de quando falecesse. “Um deficiente ajudando o outro torna tudo mais fácil, principalmente para a demanda do trabalho do cuidado”. A conversa não coube a aplicação do protocolo pela demanda de condução para como um produto gera interação sobre assuntos sentimentais. Mas o fato de ser mais curto foi algo positivo pelo tanto de tempo sentado na cadeira e quanto menos camadas de tecido melhor é o bem-estar.

Com o Participante 2, na Etapa 1 foram discutidos os desafios enfrentados no uso de roupas e o participante menciona que nunca adaptou roupas, mas que percebe que elas estão começando a atrapalhar os movimentos diários. Relatou que os movimentos das mãos, para segurar, puxar e ajustar é limitado, então a interação com a roupa também se torna limitada.

A camisa foi utilizada por quatro horas e como avaliada como muito confortável, mas precisou de assistência para fechar os botões e acabou levando mais tempo para fechar todos os botões da manga. A percepção do participante trouxe com a análise da Escala de Diferencial Semântico (Figura 5) a reflexão de que o produto apresenta 80% de qualidades, sendo útil, bem-feita, bonita, segura, durável, eficiente, inovadora, flexível, pesada, chamativa, fácil e abafada. Mesmo assim, a avaliação do protocolo SUS chegou a 100 pontos, ou seja, aprovação máxima do produto.

Figura 5 - Infográfico semântico da camisa



Fonte: elaborado pela autora (2025).

O participante também comentou que as listras azuis eram da mesma cor dos olhos e isso ressaltava a cor e ele gostava de usar. Tirou várias fotos e postou nas suas redes sociais e mostrou em um dos encontros da Etapa 4. Isso parecia ser um prazer para fazer e mesmo usar, pois, participou de um concurso de mister e relata querer ter ido vestido com ela, mas o desfile pedia traje social.

O estudo trouxe que a percepção positiva pode ir além da acessibilidade funcional, envolvendo identidade, estética e autoestima. Isto porque a manutenção dos botões tradicionais ainda limita a autonomia e muitas vezes o limita mais do que a roupa padrão, visto que as pessoas vão se adaptando com as limitações e criando significados outros.

3.5 Estudo de caso 4: camiseta

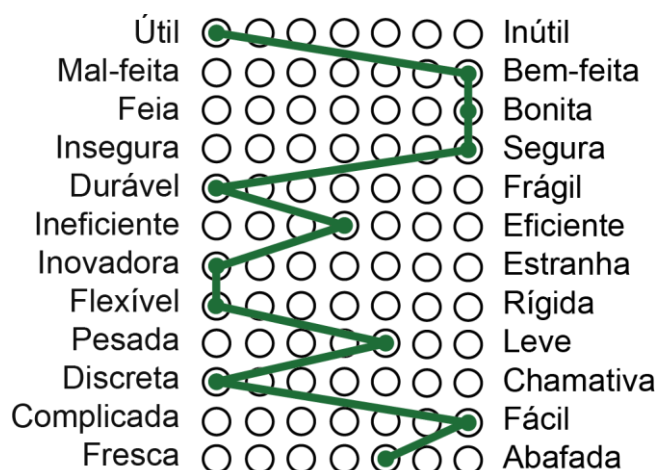
A camiseta foi entregue para a Participante 3 e para a tutora do Participante 10. A Participante 3 apenas experimentou a roupa e preferiu descontinuar a pesquisa. Foi relatado que, por mais que tenha percebido ser mais fácil de vestir do que os modelos convencionais, seu uso cotidiano a traria mais esforço físico e mais trabalho para suas cuidadoras, uma vez que reside em uma Residência Inclusiva.

Na Etapa 1, foram discutidos os desafios enfrentados no uso de roupas com a tutora do Participante 10. As demandas levantadas foram que, o vestuário utilizado pelo seu filho é quase todo desgastado devido a força da interação do filho com o produto. Na Etapa 2 a camisa foi utilizada por quatro horas e avaliada como muito confortável, mas precisou de assistência para fechar os botões e a mãe orientou que ele tentasse fechar olhando no espelho, sendo um treino

de AVD. O produto com a adaptação trouxe muitos aspectos simbólicos para a família com falas do irmão como "ele poderia ter várias camisetas assim, assim o decote não iria ficar desgastado" pelo usuário fazer força. Na igreja a mãe contou a novidade e ele quis de outras cores, ficou feliz por ser branco por não ser uma cor que geralmente usa por sujar e babar muito.

Na Etapa 3, entendeu-se que a autonomia foi diminuída e demorou-se mais tempo para concluir, mas construída uma narrativa familiar sobre a interação. Sua perspectiva semântica (Figura 5) sendo útil, bem-feita, bonita, segura, durável, nem eficiente, nem ineficiente, inovadora, flexível, pouco leve, discreta, fácil e pouco abafada. Apesar de se entender algum conforto no uso, se não fosse a situação pontuada, o produto teve a avaliação de usabilidade com 77,5 pontos, uma vez pontuado ter que aprender como interagir, não achando tão fácil de usar e sendo encontrados falhas ou limitações no design da roupa.

Figura 6 - Infográfico semântico da camiseta



Fonte: elaborado pela autora (2025).

O estudo evidenciou que a eficiência funcional às vezes é secundária ao valor simbólico e social da peça, em que o processo de aprendizagem à autonomia aborda a participação do processo, o treino de habilidades, poder de escolha (referência às cores) e falar sobre a roupa, sendo seu significado social, no fortalecimento do simbolismo familiar. Mas ainda carrega problemáticas quanto a utilidade em contextos outros.

Com o acompanhamento na Etapa 4, houve relato de interesse de aquisição da peça por meio de outras pessoas que se interessaram ao ver o participante usando e contando da sua experiência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que o vestir é um processo complexo que envolve não apenas uma atividade física, mas também dimensões emocionais, estéticas, simbólicas e sociais. A análise dos estudos de caso demonstrou a importância do mercado nacional fornecer soluções em vestuário inclusivo, outros países já estão fazendo, é possível. Pequenas alterações no design, quando fundamentadas nas necessidades reais dos usuários, podem gerar ganhos significativos de autonomia, conforto, segurança e dignidade. Pois um projeto universal nunca conseguirá vestir todos. Então é preciso entender que a segmentação é importante para de fato gerar um efeito positivo do direito de existir no território. E isso só é possível com a Indústria 4.0 (Lima & Gomes, 2020), mas o Brasil ainda não investe para.

Os produtos estudados destacam os avanços no design de moda inclusiva, com um foco particular na promoção da autonomia e conforto para pessoas com limitações motoras e necessidades específicas. A iniciativa da marca representa um passo importante na direção da acessibilidade e da inclusão no setor da moda, principalmente quanto o acesso em lojas de departamento, oferecendo soluções funcionais que facilitam o processo de vestir e despir. A introdução dos aviamentos aliados a ajustes em áreas estratégicas para acomodação de dispositivos médicos, são exemplos de inovação que atendem muitos usuários até então excluídos. Isso mostra uma mudança significativa na cultura de consumo, já que a introdução de tais elementos possibilita promoção da independência.

A ausência de produtos adaptados no mercado brasileiro reflete uma profunda lacuna entre os direitos previstos em lei e a realidade cotidiana. Embora a Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) estabeleça diretrizes para o acesso a produtos cotidianos, sua aplicação prática no setor de consumo, especialmente no vestuário são inexistentes.

O Estudo de caso 1 estimulou a compreensão de que é preciso articular de forma interinstitucional, ações que incentivem políticas públicas baseadas no assistencialismo, ciência e mercado. Como resultado a esta análise, foi desenvolvido um projeto de pesquisa (Anexo 4) para o aprofundamento interdisciplinar de ações que: fomentem a divulgação de pesquisas que demonstrem os impactos negativos da exclusão no consumo; reestruturem a base educacional para a formação de profissionais capacitados para o design inclusivo; articulem com instituições de assistencialismo; e, incentivem a criação de legislações específicas voltadas à obrigatoriedade de desenvolvimento e comercialização de produtos adaptados pelas marcas (como isenções fiscais ou financiamentos públicos). Acredita-se que promover tais ações não é apenas uma estratégia de justiça social, mas uma medida de transformação estrutural e

cultural.

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi financiado, em parte, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Processo nº 88887.146038/2025-00.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 01 ago. 2025.
- BROOKE J. SUS: a quick and dirty usability scale. **Usability Eval Ind.** 1996, v.189, p.4-7.
- CALDAS, A.; CARVALHO, M. A.; FERREIRA, F. N.; CALDAS, M. The Contribution of Ergonomics as Social Inclusion and the Development of Products for Bodies in Transformation. In: Shin, C.S., Di Bucchianico, G., Fukuda, S., Ghim, Y. G., Montagna, G., Carvalho, C. (eds) **Advances in Industrial Design**. AHFE 2021, vol. 260. Springer, Cham, 2021.
- CLARKSON, P. J.; COLEMAN, R.; KEATES, S.; LEBBON, C. **Inclusive design: Design for the whole population**. Berlin: Springer Science & Business Media, 2023.
- ESMAIL, A.; DAHAN-OLIEL, N.; PONCET, F.; & et al. Fashion industry perceptions of clothing design for persons with a physical disability: The need for building partnerships for future innovation. **International Journal of Fashion Design, Technology and Education**, v.15, n.1, p.77-85, 2022.
- GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 7 ed., 208p, 2022.
- LAMB, J. M. Disability and the social importance of appearance. **Clothing and Textiles Research Journal**, v. 19, n.3, p.134-143, 2001.
- LIMA, F. R.; GOMES, R. Conceitos e tecnologias da Indústria 4.0: uma análise bibliométrica. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 19, p. e0200023, 2020.
- LEMONS, T. C.; MOREIRA, M.; OLIVEIRA, N. F.; COUTINHO, G. C.; SIME, M. M. Fatores relacionados ao abandono de dispositivos de Tecnologia Assistiva: uma revisão da literatura. **Human Factors in Design**, v. 12, n. 24, p. 003–012, 2023.
- MARGOLIN, Vi.; MARGOLIN, S. Um Modelo Social de Design: questões de prática e pesquisa. **Revista Design em Foco**, v. 1, n. 1, p. 43-48, 2004.
- MARTELI, L. N.; PASCHOARELLI, L. C.; MOREIRA DA SILVA, F.; TRIGUEIROS, P. Reflexions on inclusive clothes: contributions to development. In: Maria João Félix; Fátima Pombo; Fernando Moreira da Silva; Paulo Cruz; Rita Assoreira Almendra. (Org.).

- Design Commit:** 1st International Conference on Design & Industry 2024: book of proceedings. Aveiro: UA Editora - Universidade de Aveiro, v.1, p.423-431, 2025.
- NEVES, E. P. **Vestuário e Terceira idade:** uma abordagem ergonômica acerca dos aspectos do vestir/despir do usuário idoso. 179f. Tese (Doutorado em Design) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2020.
- OKADA, N. Changes in the elderly's physical functions due to aging and their clothing requirements. **Journal of Home Economics of Japan**, v. 51, n. 9, p. 817-824, 2000.
- OSGOOD, C.E.; SUCI, G.; TANNENBAUM, P. **A Medição do Significado**. University of Illinois Press, 1, 1957.
- PAPANEK, V. **Design for the real world:** human ecology and social change. Chicago: Academy Chicago Publishers, 1985.
- PATRICK, V. M.; HOLLENBECK, C. R. Designing for all: Consumer response to inclusive design. **Journal Of Consumer Psychology**, v. 31, n.2, p.360-381, 2021.
- PAULA, G. R.; FERREIRA, F. L.; CHRISTINO, J. M. M. Consumption of plus-size clothing: a systematic review. **Revista De Administração Da UFSM**, v.16, n.4, e2, 2023.
- PICCININI, L. **Design de vestuário desportivo em malha retilínea adaptado à usuária sênior**. Tese (Doutorado em Design) - Universidade de Lisboa, 2023.
- PRIMARK. **Diversidade e inclusão**. 2024. Disponível em: <<https://corporate.primark.com/pt-pt/sobre-nos/diversidade-e-inclusao>>. Acesso em: 01 ago. 2025.
- PRIMARK. Roupas adaptáveis. 2025. Disponível em: <<https://www.primark.com/pt-pt/c/mulher/colecoes-e-colaboracoes/colecoes/roupa-adaptavel>>. Acesso em: 01 ago. 2025.
- SÃO PAULO (Mun.). Lei nº 16.837, de 8 fevereiro 2018. Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de cadeira infantil nos estabelecimentos que especifica. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 9 fev. 2018. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16837-de-8-de-fevereiro-de-2018> Acesso em: 01 ago. 2025.
- SCHIEHL, L. O. **O processo de vestir como princípio para o design de vestuário:** autonomia para mulheres com patologias musculoesqueléticas. 311f. Tese (Doutorado em Design), FA-ULisboa, 2017.
- SCOONES, H. **Fashion design for disability:** examining past and present practice to enable designers and brands to improve access to inclusive everyday wear. Master's Programme in Creative Sustainability. Aalto University, Finland, 2023.
- SORRIBAURU. **Vestir-se com autonomia e conforto também é inclusão!** 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DLqCyWrhZRF/?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=MzRIODBiNWF1ZA==> Acesso em: 01 ago. 2025.
- SORRIBAURU. Nossa história. 2025. <https://sorribauru.com.br/site/conteudo/nossa-historia> Acesso em: 01 ago. 2025.
- STORY, M. F.; MUELLER, J. L.; MACE, R. L. The universal design file: Designing for people of all ages and abilities. Raleigh, NC: Center for Universal Design. Disponível

em: <http://www.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs_p/pudfiletoc.htm>. Acesso em: 01 ago. 2025.

TANG, C.; ZAKARIA, N.; RUZNAN, W. S. The development of anti-fall functional clothing for elderly. **Global Health Journal**, v.7, n.4, p.175–181, 2023.

VICTORIAANNOFFICIAL. About. 2025. Disponível em: <<https://victoriaannofficial.com/>> Acesso em: 01 ago. 2025.